

PROJETO DO ATLAS ETNO-LINGUÍSTICO DOS PESCADORES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO (PROJETO APERJ): BREVE NOTÍCIA

Cilene da Cunha Pereira
Edila Vianna da Silva
Laerte Carpena de Amorim
Maria Emília Barcellos da Silva
Sílvia Figueiredo Brandão
(UFRJ)

O Atlas Etno-linguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, que vem sendo elaborado, no Setor de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos professores Cilene da Cunha Pereira, Edila Vianna da Silva, Laerte Carpena de Amorim, Maria Emília Barcellos da Silva e Sílvia Figueiredo Brandão, sob a coordenação do Professor Doutor Celso Ferreira da Cunha, tem como objetivo fixar não só a linguagem, mas também a cultura do pescador fluminense.

A pesca é seu foco de atenção, por tratar-se de uma das mais importantes atividades econômicas do Estado do Rio de Janeiro, um dos maiores produtores de pescado do país, onde a produção cresce, segundo dados do Censo de 1980, numa base de 219% ao ano.¹

O Rio de Janeiro, por sua tipicidade georrfológica e apesar de sua pequena superfície (43.305km²), apresenta extrema diversidade de ambientes pesqueiros: o rio, a lagoa, a baía, o alto-mar.

A pesca marítima desenvolve-se em três zonas:

a) Na Região Sul, em torno das baías da Ilha Grande e de Sepetiba; b) no Centro, na baía de Guanabara e no litoral da Região dos Lagos; c) ao Norte, na região da baixada litorânea e norte fluminense.

Nessas áreas, tanto a pesca costeira como a interiorana e a de alto-mar são realizadas por barcos de pequeno e grande porte, dependendo das peculiaridades de cada ambiente.

A capacidade piscatória define a localização dos pontos pesqueiros: ao Sul, baía da Ilha Grande, Parati e Angra dos Reis (secundariamente, Sepetiba, Itacuruçá e Pedra de Guaratiba); ao centro, baía de Guanabara e Cabo-Frio (complementados por Arraial do Cabo); ao norte, Macaé, Atafona, Farol de São Tomé e Barra de Itabaipana (secundados por Gargaú e Guaxindiba).

Nas regiões interioranas, há, ainda, as comunidades pesqueiras do rio Paraíba do Sul e das lagoas Feia, de Cima, do Carpelô e de Araruama.

Para reiterar a importância da atividade pesqueira, basta dizer que existem vinte Zonas de Pesca no Estado, conforme divisão da SUDEPE

- | | |
|-------------------------|-------------------------|
| Z-1 GUAXINDIBA * | Z-11 RAMOS |
| Z-2 ATAFONA | Z-12 CAJU |
| Z-3 MACAÉ | Z-13 JACAREPAGUÁ |
| Z-4 CABO FRIO | Z-14 PEDRA DE GUARATIBA |
| Z-5 ARRAIAL DO CABO | Z-15 SEPETIBA |
| Z-6 SÃO PEDRO D'ALDEIA | Z-16 ITACURUÇÁ |
| Z-7 ITAIPU | Z-17 ANGRA DOS REIS |
| Z-8 JURURUBA | Z-18 PARATI |
| Z-9 MAUÁ | Z-19 FAROL DE SÃO TOMÉ |
| Z-10 ILHA DO GOVERNADOR | Z-20 ITAPERUNA |

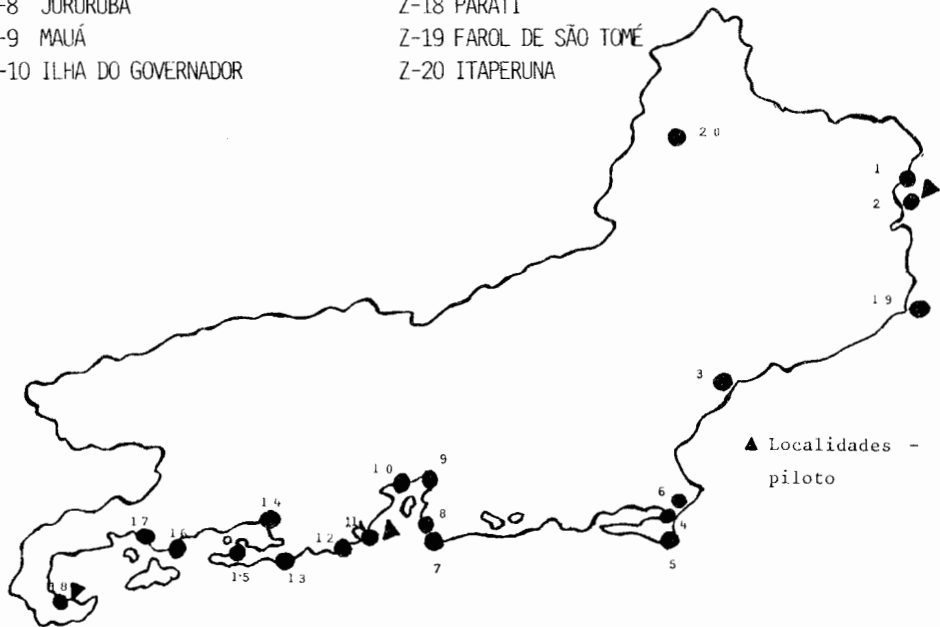


Figura 1. Zonas de pesca

(*) Ainda não oficialmente criada.

Ao lado de alguns agrupamentos pesqueiros incrustados em grandes centros urbanos (Ramos, Caju, Jacarepaguá), outros há bastante isolados geograficamente (São Benedito da Lagoa de Cima, Ponta Grossa dos Fidalgos, Gargaú), devido ao difícil acesso - por se localizarem em regiões muito acidentadas e pouco exploradas pelo homem, por carecerem de estradas, pavimentação, ou, ainda, por não haver meios de transporte marítimo regular entre zonas continentais e insulares (por exemplo, Ilha da Convivência).

Essas comunidades que vivem da pesca vêm sofrendo acelerado processo de descaracterização, quer pelo influxo do progresso, quer por problemas de natureza socioeconômica. Como exemplos, podem-se citar os casos de Angra dos Reis, do Farol de São Tomé e da Região dos Lagos, em que, respectivamente, a Usina Nuclear, o Programa Proálcool e o incremento do turismo têm causado inúmeras modificações ambientais, sociais e conseqüentemente, etno-lingüísticas.

Portanto, urge estudar essa linguagem que, a par de sua especificidade, reflete o comportamento lingüístico de um numeroso segmento social do Estado do Rio de Janeiro.

Além deste objetivo prioritário, outros há que se atingirão no decorrer do trabalho. Entre eles, destaquem-se a organização de um vocabulário específico da pesca no litoral fluminense; a identificação dos traços essenciais do léxico: sua repartição geográfica, sua vitalidade, história dos termos, viagens de palavras, evolução de formas gramaticais, diferenças de pronúncia; e a delimitação das áreas dialetais e de domínio geográfico, com vista ao conhecimento da evolução lingüística do português do Brasil.

Do ponto de vista etnográfico, pretende-se configurar o universo do pescador fluminense de que palavras e frases recolhidas são produto e testemunho; aferir a vivência de formas e complexos culturais por meio do método do "Wörter und Sachen"; levantar dados sobre as condições socioeconômicas e culturais das comunidades pesqueiras fluminenses, a fim de colaborar com cientistas de outras áreas em trabalhos que visem à melhoria da qualidade de vida no estado e à preservação da identidade cultural de tais comunidades.

Pesquisa do teor e da amplitude da que ora se realiza, teria, forçosamente, de objetivar, ainda, a revisão dos aspectos fundamentais do ensino da língua materna e o fortalecimento de uma necessária mentalidade dialectológica.

Constitui a metodologia da pesquisa o acervo de métodos e técnicas abonadas, ao longo do tempo, pelo consenso lingüístico nacional e internacional. Na elaboração do APERJ, sobressai a orientação de lingüistas da categoria de Manuel Alvar, Eugenio Coseriu, Labov, Bernstein e Fishman; de autores portugueses como Paiva Boléo e Luís Filipe Lindley Cintra e de autores brasileiros como Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Neslon Rossi², cujas obras fixaram diretrizes que até hoje norteiam os caminhos das pesquisas de campo no Brasil. A leitura dos diversos atlas lingüísticos europeus³ e do recém-publicado Atlas lingüístico etnográfico de Colômbia⁴ muito bem contribuído para o estabelecimento dos mecanismos adequados à coleta

de dados.

De acordo com o cronograma previamente estabelecido, o Projeto APERJ será desenvolvido em quatro fases, que se poderiam classificar como: 1) etapa de seleção das microáreas da pesquisa, 2) etapa de trabalho de campo, 3) etapa de seleção de dados e 4) etapa de elaboração do Atlas.

A primeira etapa teve por finalidade o conhecimento das comunidades pesqueiras fluminenses, para determinação dos pontos de inquérito. Isto foi possível não só pela realização de reiteradas visitas às vinte colônias de pesca do estado, mas também pela consulta a bibliotecas públicas e particulares, a órgãos técnicos e a pesquisadores das mais diversas áreas do saber (antropólogos, sociólogos, biólogos, geógrafos e historiadores).

Numa segunda fase e como decorrência desse conhecimento preliminar, formulou-se um pré-questionário para aplicação às localidades-piloto (Atafona, Parati e Caju), definidas, prioritariamente, por critério geográfico, já que a primeira e a segunda correspondem a zonas extremas do Estado (norte e sul, respectivamente) e a terceira a uma região intermediária, situada na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro, centro político-cultural do Estado.

No momento, depois de analisado o material lingüístico-etnográfico recolhido nessas três regiões, procede-se à elaboração do questionário definitivo.

Ainda da segunda etapa faz parte a aplicação do questionário a todos os pontos de inquérito, o que se pretende realizar no decorrer do próximo ano e o que permitirá a formação do "corpus" do trabalho. Ressalte-se que o método de recolha do material será o de pesquisa direta, por meio de gravações magnetofônicas com informantes previamente selecionados, com base em critérios estabelecidos pela ciência dialectológica, adaptados às peculiaridades regionais. Além do interrogatório conduzido, gravar-se-ão diálogos livres entre o pesquisador e o(s) informante(s) ou entre informantes, que poderão fornecer dados não previstos anteriormente. Sempre que a clareza o exigir, serão utilizados procedimentos do método "Wörter und Sachen".

Na terceira etapa, após transcrição grafermática dos dados e exaustiva análise do "corpus" obtido, selecionar-se-á o material lingüístico, para a delimitação das isoglossas e, conseqüentemente, das áreas dialetais.

A última etapa corresponde à elaboração do Atlas, propriamente dito, isto é, à apresentação, em mapas, sob forma de um vocabulário dialetal representativo, das variantes de uma palavra ou de uma pequena frase em vários pontos do Estado do Rio de Janeiro.

A importância deste projeto pode ser justificada do ponto de vista estritamente científico e em termos de sua aplicabilidade à problemática educacional brasileira.

Pretende-se estudar uma variante da língua falada no Estado do Rio de Janeiro. Como se sabe, o estudo do português falado, exarinado em suas variáveis, de acordo com as modernas teorias sociolingüísticas, especialmente as de Labov e Fishman, permitirá a revisão dos métodos de ensino da língua nos níveis elementares, com

vista a recuperar para a escola a imensa população infantil, eliminada por mal dominar o código restrito de que fala Bernstein, numa época em que a língua oral assume a importância reconhecida por todos, especialmente pela Reforma de 1971, do Conselho Federal de Educação e pela política adotada pelo MEC, que se consubstancia nas Diretrizes para o Aperfeiçoamento de Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, de 1985.

Por outro lado, atender-se-á à necessidade de preservação da memória lingüística nacional, por meio da escolha de peculiaridades idiomáticas - reflexo da cultura das comunidades estudadas (e, por extensão, da do povo brasileiro) - que estão em via de extinção, devido à tendência ao nivelamento decorrente da influência avassaladora dos modernos meios de comunicação de massa.

Todo o material, coletado em fitas magnetofônicas, integrará o Arquivo Sonoro da Língua Portuguesa, sediado na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde já à disposição da comunidade científica do país.

A aplicação de procedimentos de pesquisa dialectológica e sociolingüística permitirá, a longo prazo, o estabelecimento de métodos mais adequados à pesquisa lingüística, em áreas que, como o Brasil, por terem sofrido um processo de colonização recente, diferem dos países europeus onde se realizaram os primeiros trabalhos dialectológicos.

No campo do ensino da língua, observam-se duas realidades onde pode atuar a pesquisa: a do ensino fundamental (aqui considerados os ensinos de primeiro e segundo graus) e a do ensino superior (graduação e pós-graduação). Relativamente ao primeiro, o trabalho contribuirá para o aperfeiçoamento de métodos pedagógicos, por meio de subsídios para a elaboração de cartilhas e de livros didáticos e para a reformulação de currículos. Em referência ao segundo, possibilitará a formação de equipes suficientemente preparadas para empreenderem trabalhos de natureza dialectológica e sociolingüística nas várias regiões do país, o que poderá permitir a consecução do Atlas lingüístico etnográfico do Brasil, cujas bases foram publicadas por Antenor Nascentes, em 1958 e 1961.⁵

NOTAS

1. Os dados foram obtidos na SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO; IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1981. v. 1, nº 7.
2. Da extensa bibliografia em que se apóia o Projeto, selecionaram-se, entre as obras dos autores citados, algumas que se consideram básicas para qualquer pesquisa de cunho dialectológico.
3. Um exaustivo levantamento dos principais Atlas Lingüísticos encontra-se em POP, server. La dialectologie; aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques. Première partie Dialectologie Romane. Louvain, Chez L'Auteur /s.d./ 733p.

4. ATLAS LINGÜÍSTICO - ETNOGRÁFICO DE COLOMBIA. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo. 6v. Director: Luiz Flórez (v.1). Rafael Torres Quintero (v.2-6). 1981: v.1. 1982: v.2,3. 1983: v.4,5,6.
5. Consultem-se as Bases para a elaboração de um Atlas Lingüístico do Brasil. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1959. II, 1961.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAR, Manuel. Atlas lingüístico de los marineros peninsulares; cuestionário. Madrid, Instituto Historico de Marina, 1973. 53 p.
- _____. Hacia los conceptos de lengua, dialecto y habla. Nueva Revista de Filología Hispánica. Mexico, D.F. e Austin, Texas, 15 (1-2): 51-60, jan/jun 1961.
- _____. Projeto de um atlas lingüístico y etnográfico de Aragón. Zaragoza, Institución "Fernando el Católico", 1963. 87 p.
- _____. Estructuralismo, geografia lingüística y dialectologia actual. Madrid, Gredos/1969/ p. 19-33; 55-78.
- BERNSTEIN, Basil. Language et classes sociales. Paris, Minuit, 1975, 347 p.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. Dialectologia e história da língua; isoglossas portuguesas. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1950. 44p. + 8 mapas. Separata do Boletim de Filologia, Lisboa, 12: 1-44, 1951.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. Algurs estudos de fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica. CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1º Salvador, 1956. Anais. Rio de Janeiro, MEC, 1958. p. 186-98.
- _____. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. Boletim de Filologia, Lisboa, 22 (1-2): 81-116, 1971.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: _____. Teoria da linguagem e lingüística geral. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/Universidade de São Paulo, 1979. p. 13-85.
- _____. A geografia lingüística. In: Coseriu. O homem e sua linguagem. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/Universidade de São Paulo, 1982. p. 79-116.
- FISHMAN, Joshua. Sociolinguistics. Bruxelles, Labor, 1971. 160p.
- LABOV, William. The social Stratification of English in English in New York City. Washington D.C., Center Applied Linguistics, 1966.
- _____. Sociolinguistics. Paris, Minuit, 1976. 459 p.

NASCENTES, Antenor. Études dialectologiques au Brésil. Orbis. Bulletin International de Documentation Linguistique. Louvain, 2 (1): 439-444. 1953.

ROSSI, Nelson. Atlas prévio dos falares bairões. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1963.

SILVA NETO, Serafim da. Guia para estudos dialectológicos. Belém /s.d./ 1957. 48p.
_____. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1963. 273 p.